Departamento do Patrimônio

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO

DISPENSA N.º 113/2017 - PROTOCOLO Nº 0102195-31.2016.8.16.6000

PROTOCOLO: 0102195-31.2016.8.16.6000

INTERESSADO: Associação Paranaense de Cultura - APC

DESPACHO: I - Nos termos da Informação 1845899 do FUNREJUS, onde consta o bloqueio 1845916 do valor estimado para atender as despesas com a contratação de instituição para a realização de concurso público para o cargo de Analista Judiciário do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição - Áreas de especialização em Serviço Social e Psicologia, na rubrica **3.3.90.39.48 - Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica-Serviços de Seleção e Treinamento**, **DECLARO** que o recurso financeiro a ser aplicado na contratação a que se refere este procedimento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com o Plano Plurianual e com Lei Orçamentária Anual.

II - Trata-se de expediente que visa à contratação de instituição competente para a realização do concurso público para provimento de vagas do cargo de Analista Judiciário do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição - Áreas de especialização em Serviço Social e Psicologia, conforme Ofício nº 01/2016 solicitado pelo Exmo. Des. Ruy Muggiati, designado pela Portaria nº 5506-DM.

Foi feita pesquisa de mercado e elaborado o quadro de preços demonstrado no documento 1806213, considerando-se um total de inscritos em 10.084 (dez mil e oitenta e quatro), sendo 5.689 (cinco mil, seiscentos e oitenta e nove) candidatos inscritos para a especialidade de Psicologia e 4.395 (quatro mil, trezentos e noventa e cinco) candidatos inscritos para a especialidade de Serviço Social, conforme informação da Comissão do Concurso, contida no Termo de Referência 1742316, onde se constata que o preço global apresentado pela Associação Paranaense de Cultura - APC (Proposta 1805069): R\$ 307.983,72 (trezentos e sete mil, novecentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos).

A justificativa do preço e da escolha da APC pauta-se no despacho 18366945 da Comissão de Concurso, e os requisitos jurídicos da contratação foram devidamente analisados no Parecer da Assessoria Jurídica 236/2017.

III - A contratação direta do **Associação Paranaense de Cultura - APC**, sem exigência de licitação, por meio de Dispensa, encontra expressa normatização no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666, de 1993:

Art. 24. É dispensável a licitação:

XIII - contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;

Nesse mesmo sentido, porém com acréscimo da exigência que veda o transpasse da execução do objeto contratual a terceiros, prescreve o inciso XI do art. 34 da Lei Estadual Paranaense nº 15.608/07:

Art. 34. É dispensável a licitação:

XI - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos, sendo vedado o transpasse da execução do objeto contratual a terceiros;

Constatou-se o preenchimento de todos os requisitos previstos nestas normas, pois a APC é instituição brasileira, de direito privado na forma de associação civil, sem fins lucrativos (art. 1º Estatuto), cuja finalidade e objetivos constantes em seu Estatuto (1805346), notadamente a de fomentar e promover o ensino, pesquisa, assistência social, saúde e cultura, (inciso X) e Promover o ensino superior em todas suas modalidades, assim como outros níveis de ensino (inciso I); coincide com o objeto da contratação: desenvolvimento institucional, através de concurso público para provimento de vagas de Analista Judiciário do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição - Áreas de especialização em Serviço Social e Psicologia.

A APC, é instituição sem fins lucrativos e que detém inquestionável reputação ético-profissional, tendo já organizado vários concursos públicos, inclusive deste Tribunal de Justiça, tudo conforme manifestação da Comissão do Concurso (1836694):

"(...) realizou, com sucesso, concursos para ingresso na carreira da Magistratura (2009, 2011 e 2014), deste TJPR; e, ainda, não há nada de conhecimento desta comissão que desabone a sua conduta e a responsabilidade em relação à organização dos concursos públicos".

Também se observou o previsto no art. 26 da Lei 8666/93, uma vez que ficou consignada a justificativa do preço, pois em pesquisa de mercado com várias instituições, o valor proposto pela APC é o menor valor apresentado e está de acordo com o valor de mercado (1806213).

IV - Sendo assim, atendidas as disposições legais aplicáveis à contratação, notadamente os arts. 24, Inciso XIII e 26 da Lei 8666/93; o art. 34, inciso XI da Lei 15.608/07, o decreto judiciário 153/1999, alterado pelo Decreto Judiciário 1.957/12, a informação 1845899 e bloqueio 1845916 realizado pelo FUNREJUS e o Parecer 236/2017 da Assessoria Jurídica do Departamento do Patrimônio **AUTORIZO** a contratação, por dispensa de licitação, da **Associação Paranaense de Cultura - APC**,

para a realização do concurso público para provimento de vagas do cargo de Analista Judiciário do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição - Áreas de especialização em Serviço Social e Psicologia, nos termos do Termo de Referência 1742316, da proposta 1805069 e nos termos da Minuta Contratual 1735924, a qual aprovo, pelo valor global de **R\$ 307.983,72 (trezentos e sete mil, novecentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos)**.

V - Ao FUNREJUS para emissão de nota de empenho.

VI - Ao Departamento de Patrimônio para formalização do contrato.

VII - Publique-se.

Em 11/04/2017.

Des. RENATO BRAGA BETTEGA
Presidente do Tribunal de Justiça